

# Políticas governamentais de saúde eficazes: ciência e evidência!

*Effective government health policies: science and evidence!*

*Politiques de santé gouvernementales efficaces: science et preuves!*

**Paula Fortunato**

Editora associada dos ANAIS do IHMT.

**Zulmira Hartz**

Médica, Pesquisadora da Fiocruz e do GHMT-IHMT da Universidade Nova de Lisboa,  
Editora Emérita dos ANAIS do IHMT

Há anos que a ciência tenta ajudar a comunicação social a melhorar o conhecimento nas matérias que aborda. Com a primeira sindemia de transmissão “em direto”, além dessa necessidade de apoio aos meios de comunicação tornou-se evidente a fraca capacidade de muitos decisores políticos. O apoio da ciência na governação é reconhecidamente importante em todas as políticas pois se há algo que aprendemos com a sindemia de COVID-19 foi que todas as áreas políticas afetam a saúde, mas também são por ela afetadas.

Nem todos os países fizeram a necessária adaptação perante esta crise sanitária, o que teve reflexos na forma como combateram a sindemia e pôs em maior ou menor evidência a inadequação da governança da saúde a todos os níveis, do nacional ao global, de que é exemplo claro o processo de acesso às vacinas e a falta de equidade que se sentiu. Nas páginas destes ANAIS do IHMT referem os autores o papel da ciência na gestão da saúde, considerando vários que, para aqueles que ignoraram a voz ponderada e conhecimento dos investigadores, os resultados foram “catastróficos” na gestão da sindemia.

Recordamos como alguns governantes optaram mesmo pelo conflito com os responsáveis locais da saúde, mas também com a comunidade científica internacional em geral e a Organização Mundial da Saúde em particular. Um conflito que teve implicações negativas na gestão destes momentos de grande ansiedade para todos em que teria sido fundamental que a governação se apoiasse na ciência e que a evidência científica orientasse a sua ação.

De Moçambique ao Brasil, passando por Cabo Verde, Guiné-Bissau e Portugal, mas também recorrendo à

experiência e aprendizagem do Canadá e da África do Sul, percebemos como uma governação científica, recorrendo de forma sistemática à Ciência e ao conselho dos especialistas, é fundamental em momentos de crise mas também fora deles. Tivemos vários exemplos nos últimos três anos de como a desinformação em saúde é tão perigosa como a falta de informação, verdades que se aplicam tanto aos negacionismos que atacaram as nossas populações como aos negacionismos que atacaram alguns dos nossos decisores.

Em qualquer dos casos são fatores de risco para a saúde e originaram uma pior reposta à sindemia. Esta crise sanitária à escala global trouxe desafios sem precedentes quer aos sistemas de saúde quer à economia mundial, afetando de forma mais profunda os países com sistemas mais fragilizados como por exemplo a Guiné-Bissau. Este país é um dos casos em que a convergência entre ciência e decisores “ainda está distante” e devia ser uma prioridade. É que, à semelhança de outras nações, mesmo perante a demonstração de necessidade de mudança, nem sempre a ciência consegue influenciar as políticas em vigor ou em desenvolvimento.

De Cabo Verde recebemos dois relatos: um sobre os desafios enfrentados no combate à sindemia, outro sobre a evolução positiva na relação de recíproca influência entre ética, ciência e governação que, de alguma forma, se refletem na superação da crise sanitária. Nas páginas destes ANAIS do IHMT temos vários bons exemplos em que prevalece a colaboração entre ciência e governação em prol do bem-estar e da saúde das populações. Exemplos em que se realça a colaboração possível e efetiva entre os gestores de saúde

locais, sociedades científicas, universidades e outras organizações da sociedade civil, numa cooperação fundamental para superar as dificuldades sentidas. Em alguns países, essa foi uma ação que teve o apoio dos decisores políticos, noutros, como no caso do Brasil, não foi exatamente assim.

Entre as lições que nos chegam do Québec, a principal é talvez a importância de olharmos para as crises como oportunidades de corrigir as fragilidades que identificamos durante a adversidade. Do desenvolvimento de novas tecnologias de monitorização aos sistemas de rastreamento e gestão, telemedicina e teletrabalho, a sindemia trouxe progressos significativos que se considera que devem ser mantidos e até consolidados. Não há futuro sem essa aprendizagem, incentivada por desafios comuns resultantes da pandemia da COVID-19, que apresentou a tempestade perfeita que encorajou a partilha de ideias, conhecimentos e políticas além-fronteiras através de processos de transferência ou difusão de políticas, como abordado num dos artigos aqui publicados.

A importância da aprendizagem - e do ensino - é a razão pela qual apresentamos um ensaio sobre a epidemiologia e o seu papel na área da Saúde Pública e

do desenvolvimento, no qual se defende “um ensino moderno, proactivo e com base em competências”. É esse o futuro que esperamos ver também no que se refere à relação entre ciência e governação: decisores que reconheçam a importância de ouvir quem tem o conhecimento técnico e científico, para que as políticas sejam cada vez mais baseadas na evidência. E para que os próprios investigadores possam ser proativos, desenvolvendo mais redes e mecanismos de partilha de conhecimento que possam beneficiar a governação a nível mundial. Com transparência nos processos de decisão e colaboração, entre os vários níveis de decisão, mas também com os cidadãos, naquilo que é partilhado neste número dos ANAIS, traduzindo o desejo de uma “nova abordagem no exercício da governação do poder público”, contribuindo para as significativas alterações que têm vindo a ser observadas “nas funções do governo, com sucessivo constrangimento do seu poder decisório à medida que emergiam novos intervenientes” neste caso, do campo da ciência, reforçando “a transparência dos processos de decisão, a relevância da informação e a colaboração, institucional e com os cidadãos”.